

CADERNO DE ENCARGOS

REFERÊNCIA: CONSULTA PRÉVIA N.º 23

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ALUGUER DE 3 VIATURAS, EM REGIME DE RENT-A-CAR

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar (doravante Contrato) na sequência do procedimento de Consulta Prévia que tem por objeto a aquisição de serviços de aluguer de viaturas, em regime de rent-a-car para 3 veículos ligeiros de passageiros, de acordo com as características e especificações técnicas constantes do Anexo I ao presente Caderno de Encargos;
2. A aquisição de serviços de aluguer de viaturas, em regime de rent-a-car, objeto do presente procedimento encontra-se dispensada do cumprimento da totalidade dos critérios previstos no despacho n.º 7861-A/2023, publicado na 2.^a série do Diário da República, n.º 47, de 7 de março de 2019, tendo sido concedida autorização pelo Presidente do Conselho Diretivo da ESPAP, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do artigo 8.º do referido Despacho;
3. Pretende-se o fornecimento de três veículos ligeiros de passageiros de acordo com as seguintes tipologias:
 - a) 2 (duas) viatura média inferior – híbrida;
 - b) 1 (uma) viatura inferior.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O Contrato será reduzido a escrito, conforme disposto no artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual;
2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos. Regendo-se pelos elementos referidos no número seguinte;
3. O Contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) o presente Caderno de Encargos;
 - d) a proposta adjudicada;
 - e) os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;

- f) Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Cláusula 3.^a

Prazo de execução

1. O Contrato vigora pelo período de 9 meses contados a partir da celebração do contrato.
2. O Contrato poderá, no entanto, cessar antes do termo previsto no número anterior, procedendo a ANQEP, I.P. de imediato à devolução dos veículos aqui contratualizados, caso o procedimento de aluguer de viaturas em regime AOV para 48 meses se encontre concluído antes do termo definido para a vigência do presente contrato;
3. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário não terá direito a qualquer compensação ou indemnização, seja a que título for, designadamente a título de serviços a menos ou reposição do equilíbrio financeiro do contrato por não ter sido executada a quantidade que o Adjudicatário estimou para determinado(s) preço(s) unitário(s) constante(s) da sua proposta.

Cláusula 4.^a

Preço base

1. Pela totalidade das prestações objeto do contrato, a entidade adjudicante deve pagar o valor máximo de 15.750,00€ (quinze mil setecentos e cinquenta euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;
2. O preço referido no número 1 compreende o aluguer em regime de rent-a-car dos 3 veículos, conforme as especificações técnicas previstas no Anexo I ao caderno de encargos;
3. Para cada tipologia de veículo objeto do presente Caderno de Encargos foi fixado em preço unitário base, indicado no Anexo II ao Convite, sendo esse o preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pelo aluguer dos veículos;
4. O preço base e os preços unitários bases mencionados nos números anteriores foram determinados por referência a consulta preliminar ao mercado;
5. Os preços unitários indicados no Anexo II ao Convite encontram-se em conformidade com os valores máximos definidos na Tabela I do Despacho n.º 7861-A/2023, de 31 de julho, para as tipologias dos veículos em causa.

Cláusula 5.^a

Obrigações principais do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos, ou nas cláusulas contratuais, da celebração do Contrato decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Entregar os veículos no local e nas condições definidas neste Caderno de Encargos;
 - b) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que a locação e serviços associados decorrem, bem como prestar esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
 - c) Comunicar a nomeação do gestor de contrato responsável, bem como quaisquer alterações relativas à sua nomeação;
 - d) Disponibilizar um número de telefone de assistência;
 - e) Recolher os veículos no final do aluguer, na morada que venha a ser indicada pela Entidade Adjudicante;
2. O serviço *rent-a-car* de veículos objeto do presente procedimento inclui ainda os respetivos serviços associados definidos no Anexo I ao presente Caderno de Encargos.
3. O Adjudicatário deve emitir um título de suporte documental – contrato individual de aluguer – que deve ser entregue à Entidade Adjudicante, para acompanhar a utilização das viaturas e que deve conter os seguintes elementos:
- a) Identificação do Adjudicatário e respetivo número de identificação de pessoa coletiva (NIPC);
 - b) Identificação da Entidade Adjudicante;
 - c) Identificação do Contrato;
 - d) Datas de início e fim do Contrato;
 - e) Identificação da viatura, através da marca, modelo e matrícula;
 - f) Assinaturas dos representantes das partes.
4. A título acessório, o Adjudicatário fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.^a

Conformidade e operacionalidade dos veículos

- I. O Adjudicatário obriga-se a prestar todos os serviços previstos e a entregar à Entidade Adjudicante os veículos objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas condições técnicas constantes do Anexo I ao presente caderno de encargos.

2. Os veículos objeto do presente contrato devem ser entregues em perfeitas condições de ser utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

Cláusula 7.^a

Entrega dos Veículos

1. Os veículos serão entregues na sede da Entidade Adjudicante, sita em Avenida 24 de julho, n.º 138, 1399-026 Lisboa;
2. Os veículos serão entregues imperativamente até ao dia 1 de abril de 2025;
3. Os veículos devem ser entregues em perfeitas condições de utilização, e dotados da documentação necessária à circulação na via pública;
4. Todas as despesas e custos com o transporte dos veículos e respetivos documentos para o local da entrega são da responsabilidade do Adjudicatário.

Cláusula 8.^a

Inspeção, testes e aceitação dos veículos

1. Efetuada a entrega dos veículos, a Entidade Adjudicante, por si ou através de terceiro por ela designado, procede, no prazo de 5 (cinco) dias, à inspeção qualitativa e quantitativa dos mesmos, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como os demais requisitos exigidos por lei;
2. Durante a fase de verificação, o Adjudicatário deve prestar à Entidade Adjudicante toda a cooperação e esclarecimentos que lhe sejam solicitados, podendo fazer-se representar, durante a realização da mesma, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito;
3. Caso a verificação comprove a total operacionalidade dos veículos, bem como a sua conformidade com as exigências legais e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, a Entidade Adjudicante emitirá uma declaração de aceitação;

Cláusula 9.^a

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. Se as verificações previstas na Cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos veículos objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais ou, no caso de

- existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, a Entidade Adjudicante deve informar, por escrito, o Adjudicatário;
2. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que lhe for determinado pela Entidade Adjudicante, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos veículos, bem como o cumprimento das exigências legais e características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada;
 3. Após a realização das reparações ou substituições referidas no número anterior, a Entidade Adjudicante deve proceder à realização de nova verificação de acordo com o disposto na Cláusula anterior.

Cláusula 10.ª

Preço Contratual e Condições de pagamento

1. Pela prestação dos serviços objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, deve a Entidade Adjudicante pagar ao Adjudicatário os preços unitários indicados na proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, até final do prazo de execução do contrato;
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante;
3. Não há lugar a pagamentos antecipados;
4. A obrigação de pagar o preço vence-se no primeiro dia útil do mês seguinte àquele em que os serviços foram efetivamente prestados, devendo o adjudicatário apresentar a correspondente fatura;
5. As faturas serão emitidas no final de cada mês em que os serviços tenham sido prestados;
6. A quantia devida pela entidade adjudicante deve ser paga mensalmente e no prazo de 30 dias após a receção da respetiva fatura;
7. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida;
8. Durante a vigência do Contrato não haverá lugar a qualquer revisão ou atualização do preço contratual.

Cláusula 11.ª

Gestor do contrato e representante do adjudicatário

1. A execução do presente Contrato será permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Entidade Adjudicante;
2. O adjudicatário designará o respetivo representante perante o contraente público, para efeitos de acompanhamento da execução do contrato.

Cláusula 12.ª

Obrigação geral de pontual e integral execução do contrato

1. O adjudicatário obriga-se perante o contraente público a cumprir as prestações que resultem da proposta apresentada e que impliquem a completa execução dos serviços referidos na Cláusula 1.ª e no Anexo I, observando as exigências do presente Caderno de Encargos;
2. O adjudicatário obriga-se a realizar todas as tarefas solicitadas pelo contraente público e abrangidas pelo contrato a celebrar com a diligência e qualidade requeridas pelo tipo de serviço em causa;
3. Na prestação dos serviços contratados, o adjudicatário deve colocar à disposição do contraente público todos os seus conhecimentos técnicos.

Cláusula 13.ª

Dever de sigilo e confidencialidade e proteção de dados

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, relativa ou detida pela entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo do contrato a celebrar e no âmbito dos serviços prestados;
2. A informação e a documentação cobertas por dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato a celebrar;
3. O adjudicatário obriga-se a cumprir a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais, designadamente o disposto no Regulamento (UE) n.º 2016/679, de 27 de abril, e o disposto na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, mantendo em total confidencialidade os dados pessoais a que tiver acesso por força da execução do contrato, estendendo-se esta obrigação a todos os seus colaboradores ou terceiros envolvidos nas tarefas inerentes à boa execução do contrato;
4. Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que o adjudicatário seja legalmente obrigado a revelar, por força da Lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 14.^a**Deveres de informação**

1. O adjudicatário obriga-se a prestar a informação e os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo contraente público, com a periodicidade que este razoavelmente entender conveniente quanto à execução dos trabalhos e ao cumprimento das obrigações que para aquele emergirem do contrato;
2. A obrigação prevista no número anterior compreende o dever de o adjudicatário participar em reuniões com o contraente público ou com outras entidades que se mostrem objetivamente necessárias em função do objeto do contrato.

Cláusula 15.^a**Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode aplicar as seguintes sanções:
 - a) Pelo atraso na entrega dos veículos e de indisponibilidade de veículos de substituição de categoria equivalente à contratada, uma sanção contratual, por cada dia de atraso, correspondente ao resultado da aplicação da seguinte fórmula: $V \cdot A / 365$, em que V = valor total do contrato; A = n.º de dias em atraso;
 - b) Nos casos de manutenção, pela indisponibilidade de viatura de substituição de categoria equivalente à contratada, uma sanção contratual, por cada dia de atraso, correspondente ao resultado da aplicação da seguinte fórmula: $V \cdot A / 365$, em que V = valor total do contrato; A = n.º de dias em atraso.
2. O pagamento do valor resultante da aplicação das sanções previstas no número anterior é efetuado por dedução, pela Entidade Adjudicante, do respetivo montante ao valor da fatura do mês ou meses seguintes ao período a que se deu o facto que originou a sua aplicação;
3. As penalidades previstas na presente Cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 16.^a**Alterações ao contrato**

As alterações ao contrato são sempre reduzidas a escrito e assinadas pelo contraente público e pelo adjudicatário.

Cláusula 17.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação

1. O adjudicatário apenas pode ceder a sua posição contratual ou subcontratar prestações que integrem o objeto do contrato mediante prévia autorização do contraente público, nos termos do artigo 318.º e seguintes do CCP;
2. A subcontratação não exime o adjudicatário de qualquer uma das suas obrigações perante o contraente público ou da responsabilidade por prejuízos a estes provocados, ainda que decorrentes de atos praticados pelos respetivos subcontratados;
3. Em caso de subcontratação, o adjudicatário deve atuar como único e exclusivo interlocutor com o contraente público durante toda a execução do contrato, independentemente da relação comercial, operacional ou outra que tenha com entidades terceiras;
4. O contraente público pode, se tal se afigurar relevante, solicitar ao adjudicatário informações complementares ou documentação relacionada com a entidade a quem o adjudicatário pretenda ceder a sua posição contratual ou subcontratar.

Cláusula 18.^a

Resolução contratual

1. Sem prejuízo de outras situações previstas na lei, designadamente nas situações a que se referem os artigos 333.º a 335.º do CCP, o contraente público pode ainda resolver o contrato nos seguintes casos:
 - a) Se o adjudicatário incumprir de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações previstas no contrato;
 - b) Se o adjudicatário se encontrar em situação de dissolução ou de insolvência;
 - c) Se o adjudicatário ceder a respetiva posição contratual a terceiro ou celebrar qualquer subcontrato sem autorização prévia do contraente público;
 - d) Se ocorrer caso de força maior impeditivo de execução do contrato em tempo julgado útil pelo contraente público;
 - e) Se, por força da modificação, redução ou supressão das linhas programáticas ou de política educativa e de formação profissional em que se sustenta a ação objeto do contrato, deixar de haver interesse por parte do contraente público na continuidade do contrato.
2. A resolução do contrato ao abrigo do número anterior é efetuada por declaração escrita expedida por carta registada com aviso de receção, para a sede ou para o domicílio do adjudicatário, e produz efeitos a partir da data da sua receção, ou do recurso do mesmo.

Cláusula 19.^a

Força maior

1. São consideradas de força maior apenas as circunstâncias que impossibilitem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas por uma das partes que, cumulativamente, sejam alheias ao seu controlo, que a mesma não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;
2. Podem constituir força maior, desde que verificados os pressupostos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Quaisquer circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados, auxiliares ou fornecedores do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados ao adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como associações ou grupos de sociedades suas subcontratadas;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes de incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ônus que sobre eles recaiam;
 - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções não sejam determinadas ou se devam a dolo ou negligência seus ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário;
 - f) Manifestações populares devida ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. Quando considere verificar-se um caso de força maior, quem invoca deve comunicar à contraparte a ocorrência da situação, no prazo de 3 (três) dias contados da verificação do facto ou do respetivo conhecimento, indicando as obrigações emergentes do contrato cujo cumprimento, no seu entender, se encontra impedido ou dificultado por força de tal ocorrência e as medidas que pretende pôr em prática a fim de mitigar o impacto da referida situação e os respetivos prazos e custos;
5. Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe à parte que a invocou fazer prova dos respetivos pressupostos;
6. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, a verificação de situação de força maior tem como consequência que os prazos estabelecidos no contrato sejam acrescidos do período correspondente

ao impedimento resultante da força maior e ao que seja comprovadamente indispensável para recomeçar os trabalhos;

7. Desde que se verifiquem os pressupostos previstos na alínea d) do n.º I da Cláusula anterior, o contraente público pode resolver o contrato.

Cláusula 20.ª

Efeitos da resolução

1. Em caso de resolução do contrato pelo contraente público por facto imputável ao adjudicatário, este fica obrigado ao pagamento àquele de uma indemnização correspondente a 15% (quinze por cento) do preço contratual, a título de cláusula penal indemnizatória;
2. A indemnização é paga pelo adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias após a notificação da resolução do contrato;
3. O disposto no presente artigo não prejudica a aplicação de quaisquer penalidades que se mostrem devidas, nem a reclamação de indemnização por valor superior ao previsto no n.º I, se para tanto existir fundamento.

Cláusula 21.ª

Despesas

Correm por conta do adjudicatário todas as despesas em que este tenha de incorrer em virtude de obrigações que para ele emergem do contrato.

Cláusula 22.ª

Comunicações e notificações

1. Salvo nos casos em que se disponha de forma diversa, todas as comunicações entre as partes efetuar-se-ão por correio eletrónico, tendo-se por realizadas nos termos do artigo 469.º do CCP;
2. As partes consignarão os seus representantes, para efeitos do n.º 3 do artigo 468.º do CCP;
3. Em caso de mudança de contacto ou de representante as partes indicam os novos elementos através dos endereços eletrónicos elencados nos termos do número anterior ou dos que os tenham substituído;
4. Quando o disposto nos números anteriores se mostrar inviável, as comunicações entre as partes deverão ser efetuadas por meio de carta registada com aviso de receção dirigida para as moradas constantes da identificação das partes no contrato.

5. No caso do número anterior as comunicações serão tidas por efetuadas na data em que for assinado o respetivo aviso de receção;
6. Em caso de mudança de domicílio do contraente público, este publicita no seu site institucional, no endereço eletrónico <http://www.anqep.gov.pt>.
7. A comunicação entre as partes é sempre efetuada em língua portuguesa.

Cláusula 23.^a

Resolução de litígios

Para o julgamento de quaisquer litígios emergentes do presente Contrato, designadamente relativos à respetiva interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução, é competente o Juízo de Contratos Públicos do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

Cláusula 24.^a

Legislação aplicável

O Contrato é regulado pela legislação portuguesa, nomeadamente pelo CCP.

Cláusula 25.^a

Entrada em vigor

O contrato entra em vigor na data da sua assinatura

ANEXO I AO CADERNO DE ENCARGOS

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

I. Serviços incluídos:

- ≥ 3.500 kms mensais
- gestão de pneus/veículos contratados;
- gestão de manutenção preventiva e corretiva;
- disponibilização de viatura de substituição;
- gestão de documentação;
- gestão de impostos;
- gestão de coimas;
- gestão de IPO;
- centro de apoio ao condutor;
- Contrato de seguro, abrangendo a responsabilidade civil, quebra isolada de vidros, danos próprios dos veículos (choque, capotamento, colisão, incêndio e roubo) com franquia máxima de 2% e um capital de ocupantes de € 30.000 (trinta mil euros).

I.1 O serviço de gestão de pneus consiste no processo de reparação ou fornecimento de pneus, junto da entidade a indicar pelo cocontratante, nos termos do ponto I.1.1 do presente anexo.

I.1.1. O processo de gestão de pneus deve cumprir os seguintes requisitos:

- a) a substituição dos pneus deve ocorrer por cada 40.000 quilómetros e/ou sempre que os requisitos de segurança estejam em causa ou no caso de incumprimento das normas legais em vigor;
- b) sempre que se mostre necessário, o processo de reparação/substituição de pneus inclui o alinhamento de direção e calibragem de rodas;
- c) é obrigatória a calibragem de rodas sempre que ocorra uma substituição e um alinhamento de direção na substituição de dois ou mais pneus.

I.2. O serviço de gestão de manutenção preventiva e corretiva consiste na marcação e realização do respetivo serviço, com a substituição de peças, junto da entidade a indicar pelo cocontratante;

I.2.1. Por manutenção corretiva entende-se a que resulta do normal uso e desgaste dos veículos, estando nela incluídas quaisquer reparações que se mostrem necessárias;

I.2.2. As intervenções de manutenção preventiva e corretiva devem cumprir os seguintes requisitos:

- a) Ser realizadas segundo as normas do fabricante, assegurando que cumprem todos os controlos, exigências necessárias para a circulação do veículo em condições de segurança e de acordo com as imposições legais em vigor;
- b) Ser previamente autorizada pela Entidade Adjudicante.

1.3. A disponibilização de veículo de substituição, de categoria equivalente à contratada ocorrerá nos casos de manutenção preventiva e corretiva;

1.4. O serviço de gestão de documentação consiste na entrega atempada de toda a documentação legal necessária à circulação da viatura;

1.5. O serviço de gestão de impostos consiste na gestão de todo o processo relativo ao Imposto Único de Circulação (pagamento do imposto e a entrega de toda a documentação);

1.6. O serviço de gestão de coimas consiste na identificação da CNPD perante a entidade emissora com conhecimento à CNPD;

1.7. O serviço de gestão de IPO (inspeção periódica obrigatória) consiste na sua marcação, pagamento e respetiva notificação à Entidade Adjudicante;

1.8. O serviço do centro de apoio ao condutor compreende o atendimento aos utilizadores, 24 horas por dia, 7 dias por semana, através de um número único, que reencaminhará os problemas apresentados ou apresentará resolução à prestação de esclarecimentos relacionados com todos os serviços prestados ao abrigo do contrato, devendo encontrar-se disponível para serviços de manutenção, reparação e IPO.

1.9 Nos veículos poderá ser aposta a identificação/logotipo da ANQEP.

2. Características da viatura

2.1 2 Viaturas Ligeira média inferior híbrida plug in

Estado	Máximo 30.000km
Peso	≤ 3.500 kg
Caixa de velocidades	Caixa automática
Tipologia	Híbrido plug in
Cor Exterior:	Cinza/Preto/branco ou semelhante
N.º de Lugares	5
N.º de Portas	5
Cilindrada máxima	≥ 1300cm ³ e ≤ 1.800 cm ³
Distância entre eixos	≥ 2.500 mm e ≤ 2.700 mm
Comprimento	≥ 4.102 mm e ≤ 4.700 mm
Altura	≤ 1.650 mm
Sensores de estacionamento dianteiros inteligentes	
Sensores de estacionamento traseiros inteligentes	

2.2 I Viatura Ligeira inferior

Estado	Máximo 30.000km
Peso	≤ 3.500 kg
Caixa de velocidades	Caixa automática ou manual
Tipologia	Inferior
Cor Exterior:	Cinza/Preto/branco ou semelhante
N.º de Lugares	5
N.º de Portas	5
Cilindrada máxima	≥ 900 cm ³ e ≤ 1.600 cm ³
Distância entre eixos	≥ 2.400 mm e ≤ 2.600 mm
Comprimento	≥ 3.800 mm e ≤ 4.100 mm
Altura	≤ 1.650 mm
Sensores de estacionamento traseiros inteligentes	